

A morte do sentido: as experiências traumáticas de guerra e os limites do humano¹

Luís Quintais

Departamento de Antropologia
Faculdade de Ciências e Tecnologia
Universidade de Coimbra
lfgsq@antrop.uc.pt

Resumo Com o presente ensaio o autor tenta ponderar a definição de uma condição humana universal à luz de experiências caracterizadas geralmente como experiências limite, como sejam aquelas que se encontram associadas a situações de guerra. Para tal, faz-se uma investigação nos domínios da psiquiatria pós DSM-III. Aí, um quadro nosológico específico, o distúrbio de stresse pós-traumático, dá forma classificatória às consequências traumáticas das experiências de guerra. Argumenta-se que experiências limite não implicam uma humanidade essencial (com todas as inflexões morais que lhe poderíamos reconhecer) e uma suspensão do sentido (uma espécie de neutralidade interpretativa), mas trazem com elas novas e talvez insuspeitadas formas de atribuição de sentido.

Palavras-chave Guerra; condição humana; distúrbio de stresse pós-traumático; experiência; expressão.

Abstract With the present essay, the author tries to ponder about the definition of a human universal condition through experiences generally described as experiences at the limit, such as those that are connected to war situations. For that, an investigation in the domains of psychiatry after DSM-III is done. There, a specific nosological grid, the post-traumatic stress disorder (PTSD), gives a classificatory form to the traumatic consequences of war experiences. It is argued that experiences at the limit do not imply an essential humanity (with all the moral inflections that we might recognize in it) and a suspension of meaning (a kind of interpretive neutrality), but bring with them new and maybe unsuspected ways of meaning attribution.

Key words War; human condition; post-traumatic stress disorder; experience; expression.

¹ Ensaio apresentado no contexto do seminário de pós-graduação “Práticas terapêuticas e diversidade cultural” realizado junto do Instituto de Ciências Sociais, 28 de Fevereiro de 2005.

Aquém ou além do acontecido

Falar de guerra e de experiências de guerra é apelar a um patamar fenomenológico em que aquilo a que apelidamos de “condição humana” é colocado à prova. Não sabemos exactamente o que descrevemos sob este rótulo. O seu campo semântico é muito compreensivo para que nos seja analiticamente útil. Ou então qualificamos tal condição ou natureza através de um vector particular: ao falarmos de guerra descrevemos, por exemplo, o humano recorrendo a uma paleta de emoções muito ampla: as experiências de guerra mobilizam os que nelas se implicam ou nelas são implicados para o medo, para o “horror”, para o “orgulho”, para a “compaixão”. Uma paleta de emoções que é colocada à prova e que é universalmente o espelho dos limites que permite pensar o que separa o humano do inumano.

A guerra é o lugar da experiência em que as discussões acerca da intransitividade de uma condição humana prévia, de uma anterioridade antropológica, são recorrentes. Os seus protagonistas são inúmeras vezes objecto de revisitações que têm por eixo partições do género humano/inumano (ou monstruoso). Os seus protagonistas são sempre alvo de considerações em que se procura chegar à *essência* do que é vivermos em condição de humanidade ou inumanidade. Neste sentido, é sintomático que as discussões sobre experiências de guerra se confrontem, em algum momento, com a impossibilidade de dizermos, com os limites da experiência e das suas descrições, em suma, com os limites do sentido, ou, dramatizando, com o *fim do sentido*. Falamos então da excepção que coloca a normalidade à prova, e equacionamos depois o limite do inteligível que é também o limite da palavra que é também o limite do sentido. Ou seja, recortamos a normalidade num território onde tudo nos surge como excepção e onde nada podemos dizer acerca da natureza última da excepção senão através de um escopo moral em que abundam considerações acerca do “mal absoluto” ou da sua “banalidade”. Eichmann ou Hitler serão monstros ou demónios cujo perdão não pode sequer ser colocado como uma possibilidade, mas, antes, como um juízo metafísico que se encontra para lá de toda a cogitação humana, isto é, para lá de todas as instâncias de sentido a que se pode apelar. Eichmann ou Hitler serão simplesmente homens e é forçoso que se considere a hipótese do mal não ser o resultado da excepcionalidade metafísica em que se traduzem certos poderes, mas de uma normalidade com a qual convivemos de muito perto porque ela está algures em cada um de nós também. Qualquer uma destas

hipóteses faz-nos pensar na possibilidade da história não ser sequer história porque nela não há sentido mas apenas acontecimentos sem inteligibilidade. De outro modo, em que *o sentido está aquém ou além do acontecido*.

Estaremos perante experiências que exigem de nós um tratamento elíptico, indirecto. Tal como Perseu não somos capazes de olhar a górgona de frente, mas apenas através de um reflexo, de um brilho mercurial que se precipita por breves instantes nas palavras e que nos dá uma impressiva possibilidade de sentido, nada mais. É assim que um dos escritores do Holocausto, W. G. Sebald, constrói os seus livros através de estratégias que se instalam na impossibilidade em se capturar o acontecido. Não só não podemos, segundo Sebald, assimilar descrições sem mediação do que chamamos de Holocausto, como alguns de nós poderão estar inegociavelmente condenados à inarticulação. Em *Austerlitz* (Sebald, 2001), por exemplo, a ida para o campo de Terezín na Checoslováquia é-nos contada por alguém que falou com alguém que terá, por seu turno, falado com alguém. E em *On the natural history of destruction (Luftkrieg und Literatur*, no original) (Sebald, 2003), os ensaios giram à volta do facto de milhões de toneladas de bombas terem sido lançadas pelos aliados sobre centos e trinta e uma povoações e cidades da Alemanha, sem que, no contexto do pós-guerra, os alemães fossem capazes de encontrar uma linguagem para dizer tal destruição massiva.

O desespero ou a ironia a que nos lança o aquém e além das experiências limite que a guerra convoca poderá reconduzir-nos, como afirmei, à banalidade do mal que é também a banalidade do que não pode ser dito porque nele não se inscreve qualquer possibilidade de sentido, e o limite de sentido, para lá do carácter metafisicamente infraqueável que parece sugerir, é expressão da sua ausência. É assim que podemos compreender as palavras de um escritor do pós-guerra como Stig Dagerman quando escreve: “Quando, por fim, me apercebo que esta terra é uma vala comum, onde Salomão, Ofélia e Himmler repousam lado a lado, concluo que tanto o crápula como a infeliz têm o mesmo fim que o sábio” (1988: 15-16). Dir-se-ia que a guerra convoca todos os fantasmas que modelam a ideia de universais. Falar de uma condição humana, de uma anterioridade antropológica, é assumir que aquém ou além do sentido *algo permanece*. Algo que é uma espécie de fundo rochoso em que tudo assenta, avesso à interpretação.

A ideia de anterioridade e universalidade é assim uma ideia que potencia a inquietação de que há experiências que não são interpretáveis,

inteligíveis, e, desta forma, domesticáveis. A guerra é a expressão mais acabada de um modelo de entendimento do mundo em que se hipostasia o fim do sentido tendo por horizonte a humanidade ou inumanidade a que nos lançam experiências dotadas de um carácter excepcional dada a violência que se lhes inscreve. Num momento em que os universais são pensados como a única matriz em que podemos alicerçar as nossas acções no mundo, em que se anatemiza o relativismo, não deixa de ser irónico que o essencialismo universalista esconda perigos maiores, como seja a apetência para justificações sumárias e sem apelo, e, por aí, para a inoportunidade da discussão e da produção da história. Em suma, a apetência para o constatação irreflectida de que há que uma essência no homem e que essa essência (onde o bem e o mal se afirmam como as faces de uma moeda onde se cunhou o seu rosto) precede e excede o sentido e que precedendo e excedendo o sentido nos permite fazer coisas que estão para cá ou para lá da interpretação. Ou ainda, e de forma mais específica, que certas experiências são uma espécie de buraco negro da história: só podemos conviver com o facto delas terem ocorrido, não podemos, sob pena de ferirmos a dignidade e a memória dos que lhes sobreviveram, metamorfoseá-las em conflitiva matéria de nomeação. Experiências que são como blocos escuros, intransponíveis, feitos de densas propriedades que não são moldáveis. Daí também a nossa reiteração do *trauma* como expressão do que fere o tecido da experiência e fere sem remissão.

Redescrição e universais

Penso em experiências de guerra e na memória das experiências de guerra. Entre 1995 e 1997 desenvolvi trabalho de terreno junto de ex-combatentes da guerra colonial que tinham sido diagnosticados com aquilo a que a psiquiatria designa de distúrbio de stresse pós-traumático de guerra (Quintais, 2000). Um dos problemas que as experiências de guerra convocam de forma insofismável prende-se com uma certa concepção do inegociável e inassimilável de certo tipo de acontecimentos que deixam um vestígio dolorosíssimo na mente daqueles que as viveram. A ideia de trauma, e, em particular, de *memória traumática*, tem assim a ver com uma “ferida” que parece recursivamente oscilar entre *o sem sentido de um passado que não pode ser refeito e um passado cuja elaboração e modelagem criativa*

reclamam a restituição de uma inteligibilidade, isto é, um passado que pode ser redescrito e, em processo, refeito.

Dir-se-ia que o reconhecimento de que há experiências universalmente traumáticas (em apreciação, a guerra), é também o reconhecimento de que há áreas de sobreposição no modo como sujeitos vivem certos acontecimentos e que essas áreas de sobreposição nos dão um retrato fiel e verdadeiro do que pode ser uma condição humana ou uma natureza humana em situações extremas. Documentos tão distantes de nós como a *Ilíada* ou tão próximos como os poemas dos *War Poets* codificam os elementos a partir dos quais podemos desenhar as figurações do humano e do inumano que a guerra contém. Procurar-se-ia valências trans-históricas e transculturais que a ideia de trauma circunscreve.

É assim que os universais espreitam por detrás dos modos de dizermos a violência política e as suas sequelas. Desde o DSM-III (American Psychiatric Association, 1980) que a ênfase (apesar de posteriores matizes) é colocada na hipótese de que tais sequelas podem ser monitorizadas universalmente porque em todo o lado o humano é o produto de condições de vivência usuais que a violência política vem desmembrar e, em resultado disso, sujeitar indivíduos a certos ditames fenomenológicos que são equacionáveis à luz de um mesmo sistema de referência, que é, evidentemente, aquele que é dado pela psiquiatria euro-americana DSM-III e pós DSM-III que tem pretensões estritamente nosológicas ou descritivas.

Tudo isto tem uma tradução na forma como o tempo é equacionado pela nosologia. É o antropólogo Allan Young que nos fala de “conhecimento tácito” dos especialistas em distúrbio de stresse pós-traumático, sendo este o resultado de uma patologia que “consiste no passado que invade o presente em reexperiências e revivências e nos esforços da pessoa em defender-se das consequências. Por outras palavras, a experiência/memória traumática é a causa dos sintomas pós-traumáticos” (1996: 97).

O que a minha etnografia me mostrou foi a justeza de uma certa ideia de *redescricao* que não pode ser pensada por uma linguagem que promove uma neutralidade de proposições acerca do real cuja universalidade se fundará numa etiologia que faz com que certo tipo de experiências de violência extrema conduzam, inevitavelmente, a certo tipo de resultados, sendo estes a sintomatologia que anda associada ao distúrbio de stresse pós-traumático. Descubro, por exemplo, que *os casos crónicos do distúrbio de stresse pós-traumático podem ser explicados através de um modelo*

temporal diverso: aquela que se traduz numa seta do tempo que vai de um presente sintomático para um passado constituído por um acontecimento equacionado como traumático. Ou seja, a relevância do acontecimento traumático na emergência do quadro sintomatológico pode ser plausivelmente refutada, como, aliás, subscrevem alguns autores dentro do campo (ver, v.g., Yehuda e MacFarlane, 1995), ao chamarem a atenção para a importância de factores pré-mórbidos e processos longitudinais no aparecimento do distúrbio, ou ainda outros (ver, v.g., Sierles *et al.*, 1993) que apelam a fenómenos de co-morbidade para se compreender o drama dos sujeitos implicados, referindo também que o diagnóstico é realizado sempre (ou quase sempre) parcimoniosamente, o mesmo é dizer colocando o acento no stress pós-traumático e secundarizando outras síndromas com as quais aquele terá áreas de sobreposição.

É pois defensável dizermos que um dos aspectos centrais à constituição de uma nosologia como a de distúrbio de stress pós-traumático nos envia para uma procura em “reorganizar os mundos da experiência” à luz de uma inteligibilidade narrativa eminentemente redescritiva. Como escreve Allan Young:

“Os indivíduos ‘escolhem’ PTSD [*post-traumatic stress disorder*] com este propósito, para reorganizar os seus mundos da experiência, porque é uma construção pré-feita, é sancionada pela mais alta autoridade médica, é dito que tem origem em circunstâncias exteriores, e não em falhas pessoais ou fraqueza, e (em algumas situações) merece compensação” (1996: 98).

Estamos perante aquilo a que Ian Hacking (1995: 239) chama de “*the looping effect of human kinds*”, isto é, “as interações entre pessoas, de um lado, e os modos de classificar pessoas e seu comportamento, do outro”:

“Um novo ou modificado modo de classificação pode afectar sistematicamente as pessoas que assim são classificadas, ou as pessoas podem, elas próprias, rebelar-se contra os detentores de conhecimento, os classificadores, a ciência que os classifica. Tais interações podem conduzir a mudanças nas pessoas que são classificadas e, deste modo, naquilo que é conhecido sobre elas” (Hacking, 1995: 239).

Estamos pois não tanto perante um passado inapelável que vem exercer as suas prerrogativas no presente, mas de um presente onde ocorrem actos de nomeação e redescrição de um passado que se pretende dotado de uma inteligibilidade.

O trauma, como vestígio indelével das trágicas exortações do tempo, não é o espaço do que não pode ser objecto de restituição narrativa ou metafórica. O trauma exige uma constante redefinição dos limites do sentido. Designar uma experiência como traumática não é ficar aquém ou além da história numa sujeição ao absurdo ou ao transcendente de uma natureza humana cujo perfil nos escapa. Trata-se de uma maneira de contornar a ameaça da intransitividade que parece pairar em tudo o que se situa nas fronteiras do que pode ser dito.

Estamos perante o problema da dor e do inarticulado em que a dor se define. Sabemos como *o hiato entre a dor e a representação da dor é inconquistável*. Mas sabemos também que é porque tal hiato é inconquistável que ele se nos afigura *expressivo ou vocacionalmente expressivo*. A modulação entre dor e expressão, trauma e sua memória, é um dos elementos mais decisivos numa apreciação da fenomenologia do distúrbio de stresse pós-traumático. É na positividade de uma asserção sobre o passado, pese embora o seu carácter incomensurável com o passado-ele-mesmo, que podemos contar a história, que podemos narrativizar e redescrever o que poderá ter ocorrido um dia.

Será que obtemos assim uma imagem fiel e verdadeira do que foi essa história, uma imagem que não seja objecto de potenciais leituras conflitivas? Provavelmente não. E isso inquieta-nos igualmente. E inquieta-nos porque se a história é sempre uma redescrição podemos, talvez, construir um passado que nunca aconteceu tendo por eixo interesses e desígnios de nem sempre clara enunciação, o que, como sabemos, poderá abrir espaço a revisionismos de toda a ordem. É isto que faz com que muitos considerem ser as leituras pós-modernas da história leituras condenadas ao revisionismo (ver, v.g., Eaglestone, 2001). Não vou deter-me neste ponto, mas voltaria a salientar que se o hiato entre a dor e a sua representação se nos afigura de difícil ou mesmo improvável transposição, é porque assim é que há expressão, em suma, que há sentido e produção da história.

De nada nos valem os universais, porque eles abastecem-se numa capitulação do sentido ou num mutismo essencial onde se afirma que a história não é negociável. Se ela não é negociável, como podemos nós

ultrapassar esse mutismo universal que nos faz soçobrar na banalidade do mal ou na sua excepcionalidade metafísica?

Razões mortais fazem com que seja inequívoca a afirmação do sentido mesmo face a experiências que nos conduzem aos seus limites. O que podemos temer senão o peremptório acerca da história, ou seja, as proposições que supostamente se abastecem na neutralidade de uma condição humana universal perante o infortúnio de sujeitos particulares envolvidos em particulares episódios de dor?

O que a minha etnografia me mostrou é que mesmo as descrições neutras e universais da ciência psiquiátrica se fazem inscrever nos territórios da produção de narrativas e em modos de conferir inteligibilidade ao passado, e que é nessa *abertura do sentido* que podemos, talvez, repousar, ou, pelo menos, tornar o mundo um lugar habitável pese embora a sua inevitável contingência, escapando assim à inevitabilidade de um mal que oscila entre a banalidade da experiência humana e uma projecção metafísica onde se destaca a sua essencial mudez.

Bibliografia

- American Psychiatric Association. 1980. *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM-III)*. Washington, D.C., American Psychiatric Association.
- Dagerman, S. 1988 (1955). *A nossa necessidade de consolo é impossível de satisfazer*. Lisboa, Fenda.
- Eaglestone, R. 2001, *Postmodernism and Holocaust denial*. Cambridge, Icon Books.
- Hacking, I. 1995. *Rewriting the soul: multiple personality disorder and the sciences of memory*, Princeton, Princeton University Press.
- Quintais, L. 2000. *As guerras coloniais portuguesas e a invenção da história: memória e trauma numa unidade psiquiátrica*. Lisboa, Edições do Instituto de Ciências Sociais.
- Sebald, W. G. 2002 (2001). *Austerlitz*. London, Penguin.
- Sebald, W. G. 2003 (1999). *On the natural history of destruction*. London, Penguin.

- Yehuda, R.; MacFarlane, A. C. 1995. Conflict between current knowledge about post-traumatic stress disorder and its original conceptual basis. *American Journal of Psychiatry*, 152 (12): 1705-1713.
- Sierles, F. *et al.* 1993. Post-traumatic stress disorder and concurrent psychiatric illness: a preliminary report. *American Journal of Psychiatry*, 140 (9): 1177-1179.
- Young, A. 1996. Bodily memory and traumatic memory. *In*: Antze, P.; Lambek, M. (ed.). *Tense past: cultural essays in trauma and memory*. London, Routledge: 89-102.

Artigo recebido a 20 de Setembro de 2006 e aceite a 20 de Fevereiro de 2007.